SINTRAJUD 15 anos
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

Coordenação Nacional Conlutas de Lutas
Filiado à Conlutas

Quinta- feira, 24 de junho de 2010 - 388- 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

50 dias de greve

O MOMENTO É DECISIVO

Greve faz STF buscar negociações e reunião com Lula será nesta sexta

Nova assembleia estadual para avaliar as negociações será na segunda, 28, no TRF, às 11 horas



Valcir Araújo

Servidores fazem vigília em Brasília na noite de terça-feira

A greve completa 50 dias nesta quinta, 24. As negociações estão avançando fruto da mobilização da categoria que está firme na luta. No início da paralisação o governo não queria nem discutir o PCS, depois de muita pressão, está marcada para esta sexta-feira, dia 25, reunião entre o presidente Lula e o presidente do STF, Cezar Peluso. O resultado da conversa vai depender da mobilização dos servidores que têm que mostrar ainda mais determinação nessa reta final.

Nesta quarta, Peluso recebeu o presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, Pepe Vargas (PT-RS) para conversar sobre o PL 6613. Na reunião Peluso defendeu a aprovação do PL e mencionou que a greve no Judiciário está incomodando e que é preciso buscar uma solução para o problema.

Os deputados teriam dito ao ministro que estão dispostos a ajudar na negociação que leve a um acordo orçamentário para o PCS e também que é tecnicamente possível viabilizar o projeto para 2010, por meio de uma emenda ao orçamento, mas que, para isso, seria necessário um acordo político.

Para o diretor do Sintrajud e da Fenajufe, Antonio Melquiades, Melqui, dois aspectos devem ser destacados da reunião do presidente do STF com os deputados da Comissão de Finanças: o fato de a possibilidade de o projeto começar a vigorar ainda este ano ter sido levantada e as referências de Peluso à paralisação da categoria. "Mostra que a greve é importante e incomoda", diz.

Mas, a reunião que estava prevista com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, acabou não acontecendo, porque o ministro foi para o Nordeste com o presidente Lula, segundo informou sua assessoria.

"Agora vamos acompanhar a reunião de Lula com Peluso. Não podemos esmorecer nessa reta final. Além da pressão em Brasília é preciso a unidade dos servidores em todo país para mostrar a força da nossa categoria", ressaltou Melqui.

Servidores defendem greve até a vitória e repudiam repressão ao movimento

Categoria reúne-se em assembleia estadual e defende, além do PCS, o direito de greve



Kit Gaion

Em assembleia estadual realizada nesta quarta, 23, os servidores decidiram, por unanimidade, que a greve continua. Em frente ao Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, na Barra Funda, a categoria reafirmou a necessidade de manter e fortalecer a greve até que haja garantias concretas de que o PCS será aprovado. Compareceram à assembleia servidores de todo o Estado de São Paulo: capital, Baixada Santista, Alto Tietê, ABC e interior.

Um dia antes de a greve completar 50 dias, os servidores avaliaram que o movimento segue forte. Adilson Rodrigues, diretor de base do Sintrajud e servidor da JF/Santos, destacou que 23 estados continuam em greve apesar de retaliações, como corte de ponto. "A categoria sabe o valor do seu trabalho e exige respeito", disse ele.

Na assembleia, os servidores repudiaram mais uma atitude arbitrária por parte do TRT da 2ª Região, que solicitou aos chefes imediatos os nomes dos grevistas do Setor de Distribuição. Essa medida, que foi considerada mais um ataque ao direito de greve, recebeu uma grande vaia dos servidores presentes. "O Sindicato tomará todas as providências. Esperamos que cada servidor faça valer o seu direito de greve, que não se deixe ser desrespeitado por essa decisão aviltante", afirmou Leica Silva, diretora do Sintrajud.

O diretor do Sindicato Erlon Sampaio, que também é presidente da Assojaf, destacou a necessidade do movimento se fortalecer contra aos ataques a esse direito "conquistado com muita luta e suor de trabalhadores". Já o diretor de base Cláudio Klein ressaltou que a repressão que o movimento está enfrentando mostra a importância dos trabalhadores para o funcionamento do Judiciário. "Não somos a última rodinha do trem, ainda somos a locomotiva", disse. Por isso, cada um saiu da assembleia com o compromisso de permanecer firme e unido até a vitória.

STJ proíbe desconto em greve no Ministério do Trabalho e mantém percentuais limitadores no Judiciário

A Primeira Sessão do STJ manteve os percentuais limitadores da greve, considerados absurdos pelos servidores. Os nove ministros também decidiram, por unanimidade, em outra ação, mas que pode ter reflexos no Judiciário, que o desconto dos dias parados no transcorrer da paralisação atenta contra o direito de greve.

A ação refere-se a uma medida cautelar (processo 16.774) impetrada por entidades que representam os servidores do Ministério do Trabalho, em greve nacional há mais de 60 dias. Os ministros da Primeira Sessão confirmaram a decisão liminar do relator, Hamilton Carvalhido. "... De acordo com a decisão, o vencimento é verba alimentar e cortá-lo significaria suprimir o sustento do servidor e da sua família", noticiou a página do STJ na internet.

Ao julgar os três agravos da federação nacional (Fenajufe) contra liminares que estipulam limites para a greve, os ministros mantiveram as liminares das Justiças Eleitoral e Federal que, respectivamente, determinam a permanência no trabalho de 80% e de 60% dos servidores. Na votação do agravo referente à Justiça do Trabalho, eles mantiveram os 60% de servidores trabalhando, mas alteraram o critério anterior para que seja incluído no cálculo todos os funcionários, independente de possuírem FC ou CJ. A servidora Ana Luiza Figueiredo, diretora da Fenajufe e do Sintrajud, destaca a importância da posição do STJ sobre o desconto dos dias. "É a notícia boa do dia, a mesma turma que julgou a ação dos servidores do Ministério do Trabalho pode julgar [os nossos casos]", diz. Quanto aos percentuais que foram mantidos para greve, ela considera que "são absurdos", mas que não muda nada, já que a greve continuou apesar das liminares. "Estamos num dos momentos decisivos da greve, que deve continuar", afirma.

Ato une servidores do Judiciário Federal, Estadual e trabalhadores das universidades paulistas

Kit Gaion



Dia 23 de junho, na praça João Mendes, servidores fazem protesto unificado na luta por salários e pelo direito de greve

Na quarta-feira, 23, mais uma vez os servidores do Judiciário Federal e Estadual se uniram em defesa de suas reivindicações salariais. E desta vez o ato contou com a presença dos servidores das universidades estaduais (USP e Unesp), também em greve e sob corte de ponto. O protesto aconteceu na Praça João Mendes, na capital paulista.

A manifestação foi uma demonstração de unidade entre as categorias que estão enfrentando os mesmos ataques. Enquanto os servidores do Judiciário Federal entram no seu 50º dia de greve, na luta pelo PCS, e sofrem os descontos dos dias paralisados no TRE e TRT; os servidores do judiciário estadual estão em greve desde abril, sofrendo os cortes de ponto.

Uma das denúncias feitas no carro de som durante o ato foi que muitos trabalhadores não receberam seus salários, por estarem em greve. Para os manifestantes, isso é um ataque a um direito constitucional. "Os governos federal e estadual querem impedir que os servidores exerçam seu direito legítimo, o de greve. Querem impedir a nossa luta por salários dignos e por um serviço público de qualidade. Agora a nossa luta é também por nossa dignidade e pelo direito de greve", afirmou Erlon Sampaio, diretor do Sintrajud, durante a manifestação.

O ato foi convocado pela Conlutas, Sintrajud e Associações dos Servidores do Judiciário Estadual. Conforme explica Paulo Barela, da Conlutas: "a ideia foi unificar as ações do funcionalismo em greve e alavancar os movimentos, dando fôlego para as greves e um sentimento de solidariedade entre os servidores em luta".

Para o sindicalista a manifestação foi importante, uma vez que mostrou a disposição dos trabalhadores em construir a solidariedade entre os diferentes setores. O ato também demonstra que nas categorias há um ponto em comum: a exploração que os servidores sofrem por parte dos governos.

"Frente à crise econômica, a burguesia e seus governos começam a endurecer com os movimentos de lutas. É por isso que na USP, no Judiciário Estadual e tambno Judiciário Federal, tenta-se desgastar o movimento para não abrir concessões. Nas três situações, as administrações estão a serviço dos governos Federal e Estadual e buscam derrotar os movimentos grevistas", disse.

Barela avalia que a principal vitória dos trabalhadores neste tipo de manifestação é a percepção de que a luta que enfrentam em seu local de trabalho é a mesma de outras categorias. "Os atos, tanto no da semana passada, como no de hoje, acabam se transformando em uma poderosa arma de resistência em defesa de nossas reivindicações", concluiu.

Servidores de Santos realizam ato com Judiciário Estadual

Servidores do Judiciário Federal completam 50 dias em greve nesta quinta-feira, 24/06, em defesa do PL 6613/09 (PCS), através do qual buscam superar o atual congelamento de salários que vem desde junho de 2006. Também cobram, com a greve, a rejeição e arquivamento do PLP 549/09, de autoria do governo Lula, que propõe o congelamento dos salários de todos os servidores federais por 10 anos. Para celebrar a data da deflagração da greve nacional do Judiciário Federal, os servidores realizam ato conjunto com os grevistas do Judiciário Estadual, nesta quinta-feira, 24/06, às 14h, nas escadarias do Palácio da Justiça, no Centro de Santos.

Segundo o diretor de base do Sintrajud em Santos Adilson Rodrigues, a greve das duas categorias tem a mesma causa e origem, que é o desrespeito à data base, com o consequente congelamento dos salários pelas administrações dos tribunais e vêm sofrendo do mesmo descaso por parte da cúpula do Judiciário Estadual e Federal, respectivamente, que vêm sistematicamente negando qualquer possibilidade de solução negociada.

No ato desta quinta-feira, está previsto o comparecimento de representantes de várias categorias e sindicatos da região, que devem trazer solidariedade e apoio à greve das Justiças, cobrando uma rápida solução para o impasse e o respeito ao legítimo exercício do direito de greve, conquista de toda a classe trabalhadora.

Fala servidor — O que a mídia comercial não diz sobre os servidores

Nesta quarta, 23, "O Estado de S. Paulo" (pág A4) publicou uma matéria contrária ao PCS. Diz, de forma pejorativa, que o Judiciário "quer salário de R$ 9 mil para copeiro", cargo exercido por terceiros. Não fala da luta da categoria, seus direitos e seus esforços para prestar um atendimento jurisdicional de qualidade. Veja o que alguns servidores ouvidos pelo Sintrajud disseram.



"Mais uma vez a mídia, como todas as vezes bombardeia o serviço público. O que é complicado é que colocam o serviço público no mesmo caldeirão. Não contam como o nosso projeto começou, todas as discussões, o nosso movimento. Só falam em reajuste, não veem que nosso salário é de 2006, que a data-base não é cumprida, nunca dão voz ao servidor. Só falam em aumentos, não de direitos."
Lílian Martins, da JT/ Barra Funda



"É uma matéria tendenciosa e falaciosa tendo em vista que eles tratam de exceção, pegando valores de pessoas que estariam em final de carreira, com função incorporada, com todos anuênios, não corresponde à maioria da categoria. Não fala que nós só conseguimos aumento com os PCSs, que nosso dissídio é em janeiro, mas em janeiro de todos os anos a gente nunca teve aumento."
Danilo Silva Souza, do TRF

Servidores do Rio Grande do Sul obtém liminar contra corte de ponto na Justiça Federal

Os servidores do Rio Grande do Sul conseguiram uma importante vitória na luta pelo direito de greve e pelo PCS. Nesta quarta-feira, dia 23, a desembargadora Silvia Goraieb deu decisão liminar favorável ao mandado de segurança coletivo do Sintrajufe/RS, que pedia revogação do desconto dos grevistas determinado pela direção do Foro da Seção Judiciária.

Em sua decisão, a desembargadora afirma que "é perfeitamente legítimo o direito de greve dos servidores públicos, mesmo na ausência de lei específica sobre a matéria, até porque os dias paralisados em virtude do movimento grevista não se enquadram nos casos previstos de falta não justificada".

Fica determinada a suspensão dos descontos e a devolução, em folha suplementar, daqueles valores que já tiverem sido efetivados.

Veja no site do Sindicato a liminar contra o desconto: **www.sintrajud.org.br**

Contribua com o Fundo de Greve

Banco do Brasil nº 001 Conta poupança

Agência	Nº da conta-DV	Variação
18945	535.500-1	1

Caixa Econômica Federal nº 104

Agência	Operação	Nº da Conta-DV
1004	22	49-9